

SUMÁRIO

PARTE I

A VERDADE, OS APLICADORES DO DIREITO E A PROVA

CAPÍTULO 1

REFUTANDO A INDIFERENÇA DO CETICISMO: A ESTRUTURA NARRATIVA DOS CASOS PENAIS E A FUNÇÃO DO JUIZ NA PRODUÇÃO DA PROVA27

Orlando Faccini Neto e Maurício Ramires

1. Introdução. Ou: uma crise de identidade no seio de uma crise de paradigmas de pensamento27
2. Encontrando um lugar para o juiz no processo: os diferentes sentidos do sistema acusatório30
3. O relativismo e a pretensão de verdade no processo penal36
4. O contexto narrativo da atividade probatória e a contribuição do juiz na construção da *melhor resposta*43

CAPÍTULO 2

APONTAMENTOS SOBRE A PROVA PRODUZIDA OU COLHIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS CRIMINAIS E NO CURSO DO PROCESSO PENAL.....53

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

1. Introdução53
2. Notas sobre sistema acusatório adversarial e produção de prova.....54
3. O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e a prova colhida pela autoridade policial59
4. Procedimento investigatório criminal do Ministério Público, representação para fins penais de órgãos de controle e fiscalização e produção da prova.....60
5. Prova analisada por órgãos técnicos do Ministério Público65



SUMÁRIO

6. Ministério Público e acompanhamento de provas que necessitam de autorização judicial na fase investigatória ou produzidas no curso da ação penal 66
7. Conclusão 68

CAPÍTULO 3

OS MESTRES DA VERDADE..... 71

Marco Aurélio Dutra Aydos

1. Introdução 71
2. O poeta, o adivinho e o rei-justiceiro como mestres da verdade 72
3. O sofista e o filósofo como mestres da verdade..... 76
4. O juiz e o historiador como mestres da verdade..... 79
5. O júri dos meus pares como mestre da verdade 84
6. O epistemólogo e o sedutor como mestres da verdade 90
7. Inventário da tradição 96

PARTE II

PRODUÇÃO, ANÁLISE E VALORAÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL

CAPÍTULO 4

A VISÃO MODERNA DA PROVA INDÍCIO 105

Deltan Martinazzo Dallagnol

1. Do caso do gato travesso à importância crescente da prova indireta em crimes de difícil prova 105
2. Questões básicas sobre prova 109
 - 2.1. Elemento de prova e objeto da prova 109
 - 2.2. Elemento e objeto de prova são tratados como fatos 109
 - 2.3. Visão moderna..... 110
 - 2.4. Provar é argumentar..... 110
3. Prova direta e indireta por indício 114
 - 3.1. Classificação das provas: origem da “prova indireta” 114
 - 3.2. Prova indireta: encadeamento de relações probatórias..... 115





SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 3.3. Prova por indício, indícios de prova e prova indiciária | 115 |
| 4. Ausência de distinção ontológica entre prova direta e indireta..... | 117 |
| 4.1. Em ambos os casos, há inferências racionais..... | 117 |
| 4.2. Em ambos os casos, há incontáveis passos inferenciais..... | 119 |
| 4.3. Há alguma outra distinção? | 121 |
| 5. A prova indireta não tem valor inferior ao da prova direta | 122 |
| 5.1. Valoramos hipóteses, não provas..... | 122 |
| 5.2. O valor da prova só pode ser determinado em concreto | 124 |
| 5.3. Uma vantagem da prova indireta: a motivação..... | 126 |
| 6. Conclusão..... | 127 |

CAPÍTULO 5

A PROVA DIABÓLICA NO PROCESSO PENAL 129

Paulo Augusto Moreira Lima

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 129 |
| 2. Prova diabólica no Processo Penal..... | 131 |
| 3. Prova diabólica em espécie | 136 |
| 3.1. Crimes societários - individualização das condutas e ônus da prova..... | 136 |
| 3.2. Lavagem de dinheiro - conhecimento da origem ilícita dos bens | 139 |
| 3.3. Início da investigação por interceptação telefônica..... | 141 |
| 3.4. Quebra de sigilo bancário e fiscal - início da investigação e demonstração da inexistência de medidas menos invasivas | 144 |
| 4. Conclusão..... | 148 |

CAPÍTULO 6

AS PROVAS DIGITAIS NOS DELITOS DE PORNOGRAFIA INFANTIL NA INTERNET 149

Fernanda Teixeira Souza Domingos

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 149 |
| 2. Os crimes cibernéticos | 150 |
| 3. Da importância da prova pericial nos delitos cibernéticos | 151 |
| 4. Características das provas digitais..... | 154 |





SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 5. Dos requisitos de validade das provas digitais..... | 154 |
| 6. Da importância da prova pericial nos delitos envolvendo pornografia infantil no meio virtual..... | 159 |
| 7. Da busca e apreensão nos delitos de pornografia infantil..... | 163 |
| 8. Da legislação brasileira aplicável..... | 164 |
| 9. Da legislação estrangeira | 166 |
| 10. Conclusão..... | 167 |

CAPÍTULO 7

SILÊNCIO E MENTIRA COMO PROVA: A PROTEÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS..... 169

Pedro Jorge do Nascimento Costa

| | |
|--|-----|
| 1. Silêncio e mentira no depoimento do agente como meios de prova contra si mesmo: as organizações criminosas..... | 169 |
| 2. Silêncio como meio de prova..... | 171 |
| 2.1. Direito ao silêncio | 172 |
| 2.2. Silêncio parcial | 173 |
| 3. Mentira como meio de prova..... | 178 |
| 3.1. Direito à mentira? | 179 |
| 3.2. Mentira como prova da personalidade do réu..... | 181 |
| 4. Silêncio, mentira e colaboração premiada na lei de organizações criminosas | 186 |
| 5. Conclusão: o microsistema de estímulo à verdade..... | 191 |

CAPÍTULO 8

TESTEMUNHAS SEM ROSTO: ANOTAÇÕES AO REGIME ESTABELECIDO NA LEI 9.807/99..... 193

José Raimundo Leite Filho

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 193 |
| 2. O regime jurídico da testemunha sem rosto..... | 195 |
| 2.1. Definição e implicações..... | 196 |
| 2.2. Pressupostos materiais | 197 |
| 2.3. Âmbito subjetivo | 201 |





SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|-----|
| 2.4. Competência..... | 202 |
| 2.5. Procedimento..... | 204 |
| 2.6. A decisão | 206 |
| 2.7. Valor probatório | 207 |
| 3. O caso do STF | 208 |

CAPÍTULO 9

O RÉU COLABORADOR COMO TESTEMUNHA 211

Vladimir Aras

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 211 |
| 2. Prova oral no processo penal | 211 |
| 3. O colaborador pode ser testemunha?..... | 214 |
| 4. O colaborador e o compromisso de dizer a verdade | 215 |
| 5. A posição do colaborador no processo segundo os tribunais | 217 |
| 6. Principais semelhanças e diferenças entre colaboradores e testemunhas | 223 |
| 7. Consequências da mentira do réu colaborador | 225 |
| 8. Procedimento para a inquirição de colaboradores em juízo | 226 |
| 9. Conclusão | 229 |

CAPÍTULO 10

A COLABORAÇÃO PREMIADA E A CRIMINALIDADE ORGANIZADA: A CONFIABILIDADE DAS DECLARAÇÕES DO COLABORADOR E SEU VALOR PROBATÓRIO..... 231

Andrey Borges de Mendonça

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 231 |
| 2. Da importância da colaboração premiada como eficiente instrumento no enfrentamento do crime organizado | 232 |
| 3. Especificidades em relação ao depoimento do colaborador | 234 |
| 4. Dever de dizer a verdade | 235 |
| 5. Contraditório e direito ao confronto | 237 |
| 6. Oitiva do colaborador em juízo. Testemunha ou informante. Momento | 241 |
| 7. Valoração das palavras do colaborador | 247 |
| 8. Aspectos intrínsecos da colaboração | 249 |





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 9. Valor. Regra de corroboração | 254 |
| 9.1. Alguns parâmetros para a regra da corroboração | 257 |
| 9.2. Corroboração cruzada | 265 |
| 9.3. Corroboração no caso de oitiva do colaborador como testemunha?..... | 270 |
| 9.4. Instauração de inquérito, decretação de medidas cautelares e recebimento de denúncia com base nas palavras do colaborador | 272 |
| 9.5. Colaboração e revisão criminal..... | 274 |
| 10. Conclusões | 275 |

CAPÍTULO 11

OBTENÇÃO DE PROVA DECORRENTE DE AGENTE INFILTRADO 279

Wellington Cabral Saraiva

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 279 |
| 2. Formas..... | 281 |
| 3. Regime Legal..... | 282 |
| 4. Aplicabilidade no Brasil..... | 284 |
| 5. Controle do Agente Infiltrado..... | 285 |
| 6. Limites..... | 291 |
| 7. Validade da Prova | 295 |

CAPÍTULO 12

O LIXO COMO FONTE DE PROVA NO PROCESSO PENAL 301

Marcio Schusterschitz da Silva Araújo

| | |
|------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 301 |
| 2. A prova encontrada no lixo..... | 302 |
| 3. Considerações finais..... | 310 |

CAPÍTULO 13

DIREITO PROBATÓRIO E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL..... 315

Vladimir Aras

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 315 |
| 2. Conceito de cooperação penal internacional..... | 317 |





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 3. Finalidades e fundamento da cooperação internacional..... | 318 |
| 4. Desenvolvimento histórico dos instrumentos de cooperação em matéria penal. | 323 |
| 5. Crime organizado e cooperação internacional | 327 |
| 6. Modalidades de cooperação internacional..... | 329 |
| 7. Competência para as medidas de cooperação penal INTERNACIONAL | 330 |
| 8. Âmbito de eficácia das regras de cooperação internacional..... | 331 |
| 9. A autoridade central na cooperação penal internacional | 332 |
| 9.1. Tutela de urgência <i>inaudita altera pars</i> | 334 |
| 10. Princípios reitores da cooperação internacional em matéria penal..... | 336 |
| 11. Instrumentos da cooperação penal internacional..... | 342 |
| 11.1. Cooperação internacional para comunicação de atos processuais | 343 |
| 11.2. Medidas de cooperação internacional que recaem sobre pessoas..... | 344 |
| 11.2.1. Extradicação | 344 |
| 11.2.2. Mandados regionais de captura e entrega..... | 347 |
| 11.2.3. Transferência temporária de pessoas..... | 348 |
| 11.2.4. Transferência de condenados | 349 |
| 11.2.5. Transferência da execução penal ou homologação de sentenças estrangeiras..... | 350 |
| 11.3. Medidas de cooperação internacional para obtenção de provas | 354 |
| 11.3.1. Cartas rogatórias e auxílio direto: semelhanças e diferenças | 356 |
| 11.3.2. Cooperação internacional por meio de cartas rogatórias..... | 358 |
| 11.3.3. Cooperação internacional sob a forma de auxílio direto..... | 360 |
| 11.3.4. Obtenção de provas mediante videoconferência internacional | 362 |
| 11.3.5. Técnicas especiais de investigação na cooperação penal internacional..... | 366 |
| 11.3.6. Instrumentos normativos internacionais em matéria probatória . | 367 |
| 11.4. Medidas de cooperação internacional para rastreamento, bloqueio, confisco e repatriação de ativos..... | 369 |
| 11.4.1. Rastreamento de ativos no exterior | 370 |
| 11.4.2. Bloqueio cautelar de ativos no exterior | 371 |
| 11.4.3. Repatriação de ativos..... | 372 |





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 11.4.4. Partilha internacional de ativos | 374 |
| 11.5. Outras medidas de cooperação penal internacional..... | 374 |
| 11.5.1. Informação espontânea | 374 |
| 11.5.2. Cooperação internacional por meio de forças-tarefas | 375 |
| 11.5.3. Cooperação policial transfronteiriça..... | 376 |
| 11.5.4. Cooperação jurídica direta transfronteiriça | 377 |
| 11.5.5. Transferência de procedimentos criminais..... | 378 |
| 12. Conclusão..... | 382 |

CAPÍTULO 14

| | |
|--|------------|
| CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONHECIMENTOS AO ACASO A PARTIR DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NO STF – ANÁLISE DA DOGMÁTICA E DOS PRECEDENTES DA SUPREMA CORTE..... | 383 |
|--|------------|

Daniel de Resende Salgado

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 383 |
| 2. A dogmática dos conhecimentos fortuitos e dos conhecimentos de investigação..... | 384 |
| 3. A valoração dos conhecimentos obtidos ao acaso..... | 387 |
| 4. Do momento para remessa dos conhecimentos fortuitos à autoridade competente..... | 398 |
| 5. Dos conhecimentos fortuitos em relação a agentes com prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal..... | 399 |
| 6. As descobertas casuais segundo os precedentes do Supremo Tribunal Federal..... | 403 |
| 7. Um breve esboço conclusivo..... | 410 |

CAPÍTULO 15

| | |
|--|------------|
| CRÍTICAS A ALGUNS ENTENDIMENTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS NA DECLARAÇÃO DAS NULIDADES EM RAZÃO DE SUPOSTAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL..... | 413 |
|--|------------|

Douglas Fischer

| | |
|---------------------|-----|
| 1. Introdução | 413 |
|---------------------|-----|





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 2. Ilicitude da prova. Conceitos gerais. Direito ao devido processo legal e não utilização de provas ilícitas | 414 |
| 3. A prova ilícita em favor da defesa..... | 415 |
| 4. A descoberta inevitável e o encontro fortuito..... | 417 |
| 5. As provas condicionadas à reserva de jurisdição | 417 |
| 5.1. As interceptações telefônicas e de dados | 418 |
| 5.2. Os sigilos bancário e fiscal..... | 419 |
| 5.3. A intimidade e a inviolabilidade da “casa” | 421 |
| 6. A necessidade de reavaliação da teoria das nulidades sem atingir direitos fundamentais..... | 422 |
| 7. A necessidade de declaração judicial da ilicitude da prova e da extensão da contaminação | 423 |
| 8. Alguns casos paradigmáticos a demonstrar os equívocos na declaração das nulidades com graves consequências, especialmente a impunidade | 424 |
| 8.1. A inviolabilidade do domicílio e a fiscalização tributária..... | 424 |
| 8.2. A prova ilícita como decorrência de atos de investigação realizados pelo Ministério Público..... | 425 |
| 8.3. A ausência de ilicitude no processo diante da falta de transcrição integral das interceptações telefônicas | 429 |
| 8.4. A impossibilidade de medidas cautelares para investigação de crimes tributários antes de esgotada a esfera administrativa..... | 430 |
| 9. Considerações finais..... | 433 |

CAPÍTULO 16

A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA..... 435

Deltan Martinazzo Dallagnol e Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução: <i>prova</i> , cadeia de custódia da <i>prova</i> e prova da cadeia de custódia da <i>prova</i> | 435 |
| 2. Contextualizando a <i>prova</i> da cadeia de custódia da prova: autenticação, relevância, admissibilidade, júri e <i>standard</i> | 438 |
| 3. A prova da cadeia de custódia é um método de autenticação de provas fungíveis, quanto à identidade e conservação..... | 441 |
| 4. A relativização da necessidade da prova da cadeia de custódia..... | 445 |





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 4.1. Relativização pelo Princípio da Boa-Fé ou Presunção Relativa de Regularidade da Prova..... | 446 |
| 4.2. Relativização Decorrente do Fato de que a Prova da Cadeia de Custódia Não Afasta a Hipótese de Falsidade | 449 |
| 4.3. Relativização Decorrente do Problema do Regresso Infinito Derivado da Necessidade Rígida de Prova da Cadeia de Custódia..... | 451 |
| 5. O ônus probatório em matéria de cadeia de custódia | 452 |
| 6. Alguns precedentes: <i>U.S. V. Johnson, U.S. v. Tatum, U.S. v. Skelley e Melendez-Diaz v. Massachusetts</i> | 455 |
| 7. Ausência de prova de cadeia de custódia é questão de peso e não de validade da prova..... | 457 |
| 8. HC 160.662/RJ, julgado pelo STJ, e <i>U.S. V. Dawson</i> | 460 |
| 9. Cadeia de custódia na cooperação jurídica internacional..... | 465 |
| 10. Considerações finais..... | 469 |

CAPÍTULO 17

O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COLETA POLICIAL DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO 473

Roberto Antonio Dassié Diana

| | |
|--|-----|
| 1. Brevíssimas noções gerais sobre o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e conceito da atividade policial de coleta de elementos..... | 473 |
| 2. Fundamentos específicos da sujeição à fiscalização ministerial das atividades de coletas de elementos pela polícia..... | 475 |
| 3. Propósitos gerais e específicos do controle externo da atividade policial de coleta de elementos | 476 |
| 4. Formas da atividade policial de coleta de elementos | 477 |
| 5. Coleta ostensiva de elementos realizada pela polícia..... | 477 |
| 6. Coleta não ostensiva e não autossuficiente de elementos pela polícia | 481 |
| 7. Coleta não ostensiva e autossuficiente de elementos pela polícia | 483 |
| 8. Conclusão – desafios: da teoria à prática ou da efetivação de <i>accountability</i> da atividade policial e de seu controle externo ministerial..... | 487 |





SUMÁRIO

PARTE III

PRODUÇÃO, ANÁLISE E VALORAÇÃO DA PROVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO 18

A EFICÁCIA PROBATÓRIA DO INQUÉRITO CIVIL NO PROCESSO JUDICIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO 493

Ronaldo Pinheiro de Queiroz

1. Desafios da eficácia probatória do inquérito civil no combate à corrupção 493
2. Noções gerais sobre o inquérito civil 495
3. Natureza jurídica 496
4. Inquisitividade 497
5. Força probante 502
 - 5.1. Controvérsia 502
 - 5.2. Natureza jurídica dos elementos de convicção 503
 - 5.3. Valor probatório do inquérito civil 506
6. Conclusão 513

CAPÍTULO 19

A COLABORAÇÃO PREMIADA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: POSSIBILIDADE E REPERCUSSÃO PROBATÓRIA 515

Nicolao Dino

1. Introdução 515
2. A colaboração premiada: origens 516
3. Crítica à colaboração premiada 518
4. Algumas diretivas internacionais 521
5. A colaboração premiada na legislação brasileira 521
6. A improbidade administrativa 522
 - 6.1. Contornos da moralidade administrativa 522
 - 6.2. Proibição administrativa; improbidade administrativa 525
 - 6.3. A improbidade como cláusula aberta 526
7. Improbidade administrativa à luz da Lei 8.429/92 527





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 8. Improbidade administrativa e mecanismos de apuração | 529 |
| 8.1. A promoção de responsabilidade por improbidade administrativa com base em prova emprestada | 530 |
| 8.2. A colaboração premiada no procedimento apuratório da improbidade..... | 531 |
| 9. Conclusão | 535 |

CAPÍTULO 20

MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO

SUBJETIVO DO AGENTE..... 537

Fernando Rocha de Andrade

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 537 |
| 2. A atual dimensão do acusado na relação jurídica processual | 538 |
| 3. Necessidade do devido processo legal e limitação estatal do poder de punir | 541 |
| 4. Cláusula constitucional da situação de não culpabilidade e ônus probatório do órgão acusador..... | 542 |
| 5. Provas indiciárias e a sua importância na identificação dos elementos subjetivos. Características dos indícios..... | 544 |
| 6. Legitimação legal das máximas de experiência. Conceituação e características .. | 548 |
| 7. O novo código de processo civil e a ênfase da exigência de decisão fundamentada. Máximas de experiência como método essencial para analisar a presença dos elementos subjetivos | 553 |
| 8. Conclusão..... | 555 |

CAPÍTULO 21

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A PROVA EMPRESTADA DE OUTRAS

ESFERAS DE RESPONSABILIDADE 559

Helio Telho Corrêa Filho

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 559 |
| 2. Prova inquisitorial emprestada e contraditório..... | 560 |
| 3. Carga probatória da prova emprestada | 563 |
| 4. O empréstimo da prova testemunhal, documental, pericial, da inspeção judicial e da confissão | 565 |
| 5. O empréstimo da prova decorrente de interceptação telefônica..... | 567 |





SUMÁRIO

6. O empréstimo da prova obtida em decorrência de colaboração premiada e de acordo de leniência..... 570
7. Conclusões..... 572

CAPÍTULO 22

DEPOIMENTO PESSOAL NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: COMPATIBILIDADE ENTRE A BUSCA DA VERDADE E O DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVA CONTRA SI..... 575

Rodrigo Telles de Souza

1. Introdução 575
2. O regime jurídico do depoimento pessoal em ações de improbidade administrativa..... 577
3. O valor probatório do depoimento pessoal em ações de improbidade administrativa..... 579
4. A obrigatoriedade ou não do depoimento pessoal em ações de improbidade administrativa..... 583
5. Conclusão..... 587

CAPÍTULO 23

QUESTÕES JURÍDICAS SOBRE A PROVA DE FATO OMISSIVO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 589

Antonio Morimoto Júnior

1. Introdução 589
2. Ônus da prova e presunções: aspectos gerais 590
 - 2.1. Ônus da prova: acepções e finalidades 591
 - 2.2. Ônus da prova (ônus de demonstrar), ônus de provar (ônus de subministrar provas)..... 594
 - 2.3. Natureza dos fatos a provar 595
 - 2.4. Presunções legais, presunções judiciais, máximas de experiência e ônus da prova..... 596
3. Improbidade por omissão: estrutura, ônus da prova e presunção de inocência..... 599
 - 3.1. Estrutura e ônus da prova 599
 - 3.2. Presunção de inocência e improbidade administrativa 600





SUMÁRIO

4. Improbidade por omissão: exculpantes legítimas, ônus da prova, ônus de provar, ônus de alegar..... 603
5. Presunção do elemento subjetivo na improbidade por omissão..... 604
 - 5.1. Presunção do elemento subjetivo apto à caracterização da improbidade a partir da inexecução de ato imposto por lei..... 605
 - 5.2. Configuração do elemento subjetivo decorrente da reiteração da omissão..... 607
 - 5.3. Presumir o elemento subjetivo não seria muito radical? 610

CAPÍTULO 24

A FORMAÇÃO DA PROVA PARA AS CAUTELARES PATRIMONIAIS E DE AFASTAMENTO DE AGENTE PÚBLICO NA IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA 613

Beatriz Lopes de Oliveira

1. Introdução 613
2. Indisponibilidade de bens 615
3. Sequestro de bens 622
4. Afastamento cautelar do agente público 627
5. Conclusões..... 632

CAPÍTULO 25

PROVAS E PRESUNÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DES PROPORCIONAL COMO ATO ÍMPROBO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO 633

Jorge Munhós

1. Introdução 633
2. O vício de origem brasileiro: do enriquecimento ilícito ao ilícito de adquirir bens desproporcionais à evolução patrimonial ou aos rendimentos 634
3. O enriquecimento ilícito no contexto do combate internacional à corrupção..... 639
4. Mecanismos de combate ao enriquecimento ilícito no atual regime jurídico brasileiro: o controle preventivo e repressivo da evolução patrimonial desproporcional..... 646
5. A evolução patrimonial desproporcional como ato de improbidade: uma proposta de interpretação conforme à constituição e aberta ao cosmopolitismo. 652





SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 5.1. Elementos essenciais da evolução patrimonial desproporcional como ato de improbidade..... | 654 |
| 5.1.1. Sujeito ativo do ato..... | 654 |
| 5.1.2. Elemento temporal: o período de referência..... | 656 |
| 5.1.3. O incremento patrimonial significativo..... | 657 |
| 5.1.4. Elemento subjetivo: o dolo..... | 665 |
| 5.1.5. A ausência de justificação..... | 667 |
| 5.2. Dinâmica probatória do processo judicial..... | 669 |
| 6. Conclusões..... | 675 |

CAPÍTULO 26

A REVELIA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 677

Kleber Martins de Araújo

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 677 |
| 2. A revelia e seus efeitos ordinários..... | 678 |
| 3. A revelia e seus efeitos na ação de improbidade..... | 681 |
| 4. A postura esperada de autor e réu diante da revelia..... | 689 |
| 4.1. Autor..... | 689 |
| 4.2. Réu..... | 695 |
| 5. Conclusões..... | 698 |

